



*Mindjeris di Guiné, ka bô m'pina, Ka bô burgunhu*¹:
narrativas de mulheres na/sobre a luta de libertação na Guiné-Bissau
(trajetórias, construções e percursos)

“Mindjeris di Guiné, ka bô m'pina, Ka bô burgunhu”:
narratives of women in/about the liberation struggle in Guinea-Bissau
(trajectories, constructions and paths)

Patrícia Godinho Gomes²

Resumo: O desenvolvimento da luta de libertação na Guiné-Bissau entre finais da década de 1950 e meados dos anos 1970 levou o movimento de libertação (PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) a ter que se confrontar com novas realidades e novos desafios. O processo contou com o inquestionável contributo das mulheres (da Guiné-Bissau e de Cabo Verde). As mulheres participaram, partindo da compreensão de que a libertação não seria bem sucedida sem o aporte de uma parte significativa da sociedade, constituída por elas mesmas. Nestas páginas, procurarei demonstrar de que forma as mulheres guineenses participaram na luta armada (no seu sentido mais lato), e qual o sentido que deram à emancipação, em uma perspectiva de história e mudança, bem como a sua percepção sobre mulheres militantes. Através da metodologia da história oral e das trajetórias de vida das minhas interlocutoras, procuro compreender como as mulheres construíram a própria ideia de libertação e de emancipação, tendo em conta o contexto colonial e as complexas relações de gênero e de poder.

Palavras-chave: Mulheres; Guiné-Bissau; Luta de libertação; Emancipação.

Abstract: The development of the liberation struggle in Guinea-Bissau between the late 1950s and mid-1970s led the liberation movement (PAIGC – in Portuguese: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde; in English: African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde) to face new realities and new challenges. The process had the unquestionable contribution of women (from Guinea-Bissau and Cape Verde). The women participated, aware of the fact that liberation would not be successful without the contribution of a significant part of society, constituted by themselves. In these pages, I will try to demonstrate how Guinean women participated in the armed struggle (in its broadest sense), and what emancipation was about for themselves, in a perspective of history and change, as well as their perceptions of militant women. Through the methodology of oral history and life trajectories of my interlocutors, I seek to understand how women built their own idea of liberation and emancipation, considering the colonial context and the complex relations of gender and power.

Keywords: Women; Guinea-Bissau; Liberation struggle; Emancipation.

1 “Mulheres guineenses, não temam, sejam ousadas!”, frase em kriol (língua nacional da Guiné-Bissau), proferida por uma das minhas interlocutoras.

Introdução

A construção do Estado nacional na Guiné-Bissau insere-se no contexto da luta anticolonial dos países africanos no período pós-Segunda Guerra Mundial, mais especificamente a luta contra o colonialismo português desenvolvida entre finais dos anos 1950 e a primeira metade dos anos 1970^{3,4}. A evolução da luta na Guiné-Bissau levou o movimento de libertação a ter que se confrontar com novas realidades e novos desafios, o que exigia uma postura cada vez mais responsável perante os setores, camadas e/ou classes sociais mais vastos do conjunto social que progressivamente iam se envolvendo no processo desencadeado. Tal processo contou com o inquestionável contributo das mulheres (da Guiné-Bissau e de Cabo Verde) e foi marcado por uma luta armada de extrema violência e de longa duração (11 anos).

Nesse contexto, as mulheres participaram, partindo da compreensão de que a libertação não seria bem sucedida sem o aporte de uma parte significativa da sociedade, constituída elas mesmas, sendo que, na visão do movimento de libertação, a sua emancipação dependia da construção de uma autoconsciência sobre a própria condição de subalternidade e da procura de estratégias de negociação do poder. Seguindo esta linha e como base de sustentação da luta das mulheres guineenses, surgiria em 1961 a União Democrática das Mulheres (UDEMU), braço feminino do movimento de libertação, um espaço pensado para o desenvolvimento de ideias e ações políticas para o avanço das mulheres, em consonância com os valores defendidos pelo movimento de libertação PAIGC. Todavia, não obstante os esforços iniciais, a evolução dessa organização iria mostrar, mais tarde (em 1966), a própria incapacidade em persuadir as mulheres para o fato de que a defesa dos seus direitos era um aspecto fundamental da emancipação do conjunto da sociedade guineense. Como analisei em outro trabalho, embora a UDEMU tenha alcançado uma certa projeção em nível internacional no início dos anos 1960, seja em termos políticos, seja em ações de formação para as mulheres, a organização não conseguiu mobilizar uma parte significativa das mulheres envolvidas na luta armada, em particular nas frentes de combate. Nas palavras de Teodora Inácia Gomes⁵,

2 Professora Visitante Estrangeira no Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutora em História e Instituições da África Moderna e Contemporânea pela Università degli Studi di Cagliari, Itália. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0726-1206>. E-mail: patuxagomes@gmail.com

3 Gostaria de exprimir um particular agradecimento ao professor Elísio Macamo, da Universidade da Basiléia (Suíça), avaliador do projeto da Rede de Pesquisa Comparativa – RPC financiado pelo Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África – CODESRIA (chamada 2016), pela leitura minuciosa do texto e pelas úteis sugestões e contribuições críticas que me permitiram melhorar o quadro analítico e interpretativo do presente estudo. De igual modo, exprimo meus profundos agradecimentos ao professor Cláudio Alves Furtado, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, pelas correções ao texto e pelas contribuições críticas que permitiram melhorar posteriormente o quadro analítico da pesquisa. Enfim, e não menos, importante, gostaria de exprimir a minha gratidão à antiga combatente e Deputada da Nação pelo PAIGC, Teodora Inácia Gomes, e à colega e contemporânea, Suzy carla Barbosa, Deputada da Nação pelo PAIGC no momento em que a pesquisa foi realizada, por todo o apoio que me deram durante o trabalho de campo em 2017 e pelo tempo que me dispensaram nas entrevistas e conversas informais.

4 LOPES, Carlos. O papel da pesquisa no processo de desenvolvimento. In: HANDEM, Diana L.; SILVA, Fernando Delfim da (Orgs.). *A Guiné-Bissau a caminho do ano 2000*. Bissau: INEP, 1989. pp. 329-349.

5 Veja-se a entrevista de Teodora Inácia Gomes concedida à autora, em 25/10/2012, em Lisboa (Portugal), e publicada

a UDEMU foi criada em 18 de junho de 1961, em Conacri. Mas eu não estava presente. Quem estava presente era a Francisca Pereira, a Cati Turpin, a falecida Meta. Mais tarde veio a ser suspensa. Há diversas razões acerca disso, mas penso que a sua suspensão teve que ver com o pouco contributo na altura das mulheres, das que lá estavam. Não as da frente de luta (...).

Teodora afirmou que o fracasso da UDEMU nos anos subsequentes à sua criação ficou a dever-se, sobretudo, à não inclusão das mulheres guineenses na organização, a maior parte das quais estava envolvida nos teatros de guerra. Carmen Pereira, uma das poucas mulheres do PAIGC a assumir destacados cargos políticos, disse que a falência da UDEMU nessa fase resultou de uma evidente inexperiência das mulheres, que tinham, à época, a responsabilidade de dirigir a organização. Ela também afirmou que “no início da luta, o partido criou a União Democrática das Mulheres da Guiné-UDEMU, mas não tínhamos quadros suficientes para manter a organização. Todas as mulheres experientes estavam nas frentes de combate como militares, fazendo trabalho político e não podiam estar na organização (...)”. Da mesma forma, Aliou Ly⁶ verificou que

a UDEMU não foi capaz de tornar efetivos os objetivos definidos pelo PAIGC em termos da emancipação das mulheres, não conseguiu pôr em prática a agenda das mulheres sobre seus direitos nem tampouco obteve o apoio necessário do movimento de libertação para a concretização desses objetivos – em primeira instância a luta contra a subjugação das mulheres e contra os casamentos precoces (...).

Na minha pesquisa documental e bibliográfica, constatei que, apesar de a narrativa nacionalista ter apresentado as mulheres guineenses como detentoras de uma importante participação na luta de libertação e tendo construído a partir daí a própria ideia de emancipação, não verifiquei a presença de trabalhos, com raras exceções, que remetesse para pesquisas empíricas relevantes que favoreçam análises detalhadas. Esta constatação coincide com o que Oyeronké Oyěwùmí defende a respeito dos estudos de “gênero” em contextos africanos, isto é,

peçoas africanas dedicadas à pesquisa precisam fazer um trabalho sério, detalhando e descrevendo as culturas autóctones africanas de dentro para fora, e não de fora para dentro. Até hoje, muito pouco foi escrito sobre as sociedades africanas em e por elas mesmas; em vez disso, a maior parte dos estudos é um exercício de propor um ultramoderno, ou algum outro, modelo ocidental⁷.

em: GOMES, Patrícia Godinho. Sobre a génese do movimento feminino na Guiné-Bissau: bases e práticas. In: SERRA, Carlos (Coord.). *O que é feminismo? Cadernos de Ciências Sociais*. Lisboa / Maputo: Escolar, 2015. pp. 13-45, em particular, pp. 32-33; e em GOMES, Patrícia Godinho. A mulher guineense como sujeito e objeto do debate histórico contemporâneo: excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. *África Development*, CODESRIA, v. XLI, n. 3, pp. 71-95, 2016.

6 LY, Aliou. Revisiting the Guinea-Bissau liberation struggle war: PAIGC, UDEMU and the question of women's emancipation. *Portuguese Journal of Social Sciences*, v. 14, n. 3, pp. 361-377, 2015. p. 364.

7 OYĚWÚMÍ, Oyeronké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Trad. de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53.

Defendo a ideia de que, por um lado, apesar da maioria do que foi escrito aponte para uma efetiva emancipação das mulheres guineenses e de ações desenvolvidas em complementaridade com os homens em um contexto “harmonioso” de luta de independência, as mulheres guineenses não emergiram na historiografia como protagonistas das próprias ideias e ações, e quando emergiram foram narradas, fundamentalmente, por homens. Paralelamente, sustento que existe uma certa tensão discursiva das mulheres em relação a uma tendência para a relativa exclusão de antigas combatentes que não fazem parte do universo das que “representam” a memória da luta armada. Neste sentido, acredito na necessidade de se proceder a uma séria revisão historiográfica procurando, tanto quanto possível, reunir e escutar narrativas de antigas combatentes que participaram no processo de construção nacional. Este exercício metodológico poderá, na minha concepção, facilitar o trabalho de resgate de memórias e contribuir para rescrever a história nacional da Guiné-Bissau, nomeadamente a maneira como as mulheres constroem as suas biografias dentro, a partir ou para lá de uma narrativa masculina.

Por último, cabe sublinhar que este estudo de caso é parte de um projeto de pesquisa mais extenso⁸ que contempla outros dois casos de estudo (Cabo Verde e Moçambique) cujo objetivo foi desenvolver uma pesquisa comparativa sobre trajetórias de mulheres combatentes na Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em Moçambique. O projeto teve como finalidade compreender como as mulheres construíram as próprias trajetórias no seio de narrativas masculinas produzidas a partir de realidades sociais de viés “patriarcal”⁹. A questão central era entender a relação entre as dinâmicas da participação das mulheres nas construções nacionais e os discursos produzidos/práticas com as questões epistemológicas sobre a historiografia e o lugar do gênero nas ciências sociais em África (e nos países de língua oficial portuguesa). No fundo, tratava-se de compreender qual a relação entre a natureza dos discursos produzidos sobre/por mulheres ao longo dos processos e os limites das ferramentas teóricas e conceituais na compreensão desses processos. Que novos espaços de atuação terão emergido para as mulheres na Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em Moçambique, a

8 Trata-se do projeto de pesquisa comparada *Diálogos em confronto: trajetórias, construções e percursos emancipatórios de mulheres nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Moçambique*, sob minha coordenação e com a participação das pesquisadoras Isabel Maria Casimiro e Ângela Benoliel Coutinho. O projeto foi financiado pelo Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África – CODESRIA, chamada Redes de Pesquisa Comparada – RPC, 2016.

9 Relativamente ao conceito de “patriarcado” e ao seu uso para explicar as desigualdades de gênero nas sociedades africanas, Bibi Bakare-Yussuf (2003) chama a atenção para o risco que a sua aplicação acarreta quando utilizado para analisar realidades africanas. Em particular, a autora refere-se à tendência de vários estudiosos africanos em recorrer a esta categoria para explicar as desigualdades de gênero nos contextos africanos, conduzindo de um modo geral a reflexões pouco relevantes, em que as mulheres são fundamentalmente vistas como “instrumentos” em sistemas de dominação masculina, desconsiderando por completo a sua capacidade de agenciamento e o seu poder noutras esferas e em diferentes contextos históricos. Por outro lado, Oyeronké Oyěwùmí (2020, pp. 45-46), na mesma linha argumentativa, sublinha os limites que a categoria e seus desdobramentos impõem aos contextos africanos, sendo que “que não pode ser reduzida à biologia e que deve ser entendida como sendo constituída dentro de realidades históricas e sociais particulares”. Ainda que concorde com o posicionamento de ambas as autoras, retenho, porém, que a categoria “patriarcado” emerge no contexto do estudo (e por vezes com particular força), a partir das narrativas das minhas interlocutoras.

partir de suas trajetórias como combatentes? Embora não tenha sido possível desenvolver o estudo comparativo, será feita uma tentativa futura de articular os resultados globais de forma mais focalizada. Nestas páginas, procurarei demonstrar de que forma as mulheres guineenses participaram na luta armada (no seu sentido mais lato), e qual o sentido que deram à emancipação, em uma perspectiva de história e mudança, bem como a percepção sobre mulheres militantes. Através da metodologia da história oral e das trajetórias de vida das minhas interlocutoras, procuro compreender como as mulheres construíram a própria ideia de libertação e de emancipação, tendo em conta o contexto colonial e as complexas relações de gênero e de poder.

Da metodologia e dos conceitos

Qual o significado de emancipação na percepção das mulheres “antigas combatentes”/ “militantes”? Para responder a esta questão (e a algumas outras relacionadas com a participação das mulheres na luta de libertação da Guiné-Bissau), efetuei, entre 2017 e 2018, um estudo de campo na Guiné-Bissau, tendo realizado um total de 26 entrevistas (das quais utilizei 16 para este trabalho específico)¹⁰. Tratando-se de uma pesquisa qualitativa com base no método da história oral¹¹, optei pela coleta de dados empíricos por meio de entrevistas a antigas/os combatentes que participaram na luta armada e na pesquisa documental/bibliográfica. A decisão de proceder com entrevistas derivou do fato de que vários sujeitos que participaram na luta de independência têm hoje uma idade avançada (considerando a realidade social guineense) e os seus testemunhos ainda não foram ouvidos e/ou escritos. Torna-se, por isso, necessário, na minha compreensão, proceder à coleta dessas memórias para fins acadêmicos, bem como preservar e transmitir essa memória às gerações vindouras. Cabe especificar o fato de que, ainda que essa produção seja bem mais limitada em nível da Guiné-Bissau, em termos globais africanos, cientistas sociais e historiadores têm abordado extensivamente temáticas referentes às lutas de libertação nacional utilizando a história oral, incluindo países como Angola, Zimbabwe, Moçambique, Argélia, Eritreia, Serra Leoa, entre outros¹².

10 O elenco das pessoas entrevistadas na Guiné-Bissau constam no fim deste trabalho. De realçar, ainda, que a metodologia da história oral tem constituído uma das minhas ferramentas principais na pesquisa, como emerge de alguns meus trabalhos citados neste texto.

11 Por uma questão de espaço, o item relativo à metodologia da história oral não pode ser devidamente desenvolvido neste texto, ficando como proposta para futura publicação. A bibliografia que orientou a metodologia da história oral consta das seguintes obras: VANSINA, Jan. *La tradizione orale: saggio di metodologia storica*. Roma: Officina Edizione, 1976; GEIGER, Susan. Women's life histories: method and contents. *Signs*, v. 11, n. 2, pp. 334-351, 1986; ROOS, Jeja Pekka. Biografie, autobiografie, vite reali: il metodo delle storie di vita. *La Critica Sociologica*, n. 99, p. 1-14, 1991; THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; GAYBOR, Théodora Nicoué. *Sources orales, histoire africaine*. Paris: L' Harmattan, 2011.

12 Entre eles: TURSHEN, Meredith. Women's war stories. In: TURSHEN, Meredith; TWAGIRAMARIYA, Clotilde (Eds.). *What women do in war time: gender and conflict in Africa*. New York: Zed, 1998. pp. 1-27; LYONS, Tanya. *Guns and Guerilla Girls: women in the Zimbabwean National Liberation Struggle*. Trenton: African World Press, 2004.

Relativamente à coleta dos dados empíricos, utilizei como suporte entrevistas de diferentes tipos, mais especificamente:

a) Narrativas livres (histórias de vida), evidenciando as experiências no contexto da luta armada, com poucas perguntas, quando se mostrou necessário saber das pessoas: quando e onde nasceram, a que povo pertencem, como foram mobilizadas e que experiências tiveram na luta (este tipo de entrevista foi realizada com pessoas com baixo grau de alfabetização/formação e/ou analfabetas). As entrevistas foram todas conduzidas em língua *kriol* e foram entrevistadas 3 mulheres (Brinsan Nassentche, Tchadi Sambu e Teresa Sanca Ndoy);

b) Entrevistas semiestruturadas, para compreender as experiências no contexto da luta armada, com 5 grandes questões/temas: como se chamam, quando e onde nasceram e a que povo pertencem, qual a percepção que tinham da política colonial e quais as relações com o poder colonial/portugueses presentes na Guiné Portuguesa, qual a percepção em relação ao movimento de libertação e qual a consciência em relação a oprojeto libertário, que posição tinham as mulheres na luta e que tipo de participação tiveram, que relações com outras comunidades/outros povos. As entrevistas foram conduzidas prevalentemente em língua *kriol*, embora em alguns casos se tenha recorrido à língua portuguesa e foram entrevistadas 4 pessoas (Mamae Barbosa, Ana Maria Gomes Soares, Bintu Nanque e Dembo Djite);

c) Entrevistas estruturadas, com as seguintes perguntas: quando e onde nasceram, qual a trajetória familiar, razões pelas quais entraram na luta, que tipo de participação as mulheres tiveram na luta, relações entre as mulheres da cidade (da praça) e as mulheres do campo (das tabancas), a importância do conhecimento da história da luta de libertação da Guiné-Bissau e a participação das mulheres nesse processo, que tipo de relações entre a geração da luta e a geração do pós-independência, que percepção das relações de gênero no período atual na Guiné-Bissau e qual a percepção sobre a participação política das mulheres. Este tipo de entrevista foi realizada com indivíduos com um nível de instrução média-alta, sejam elas da geração da luta de libertação ou da geração pós-independência. As entrevistas foram todas conduzidas em língua portuguesa e foram entrevistadas 5 pessoas (Manuel dos Santos, Osvaldo Rosário, Lúcio Soares, Suzy Barbosa, Maria Inácia Có Mendes Sanha).

As entrevistas acima mencionadas foram realizadas na perspectiva de compreender, a partir das histórias de vida e das trajetórias, a percepção das mulheres (e dos homens) sobre o significado de emancipação e liberdade para as mulheres guineenses. Para tanto foram definidos os seguintes

pp. 67-142; MALOBA, Wunyabari O. *Mau-Mau and Kenya: an analysis of a peasant revolt*. Bloomington: Indiana University Press, 1998. pp. 93-143; COULTER, Chris. *Bush wives and girl soldiers: women's lives through war and peace in Sierra Leone*. Ithaca: Cornell University Press, 2009. pp. 125-154.

critérios¹³: nacionalidade guineense, estatuto de antiga/o combatente, ter desempenhado funções militares, políticas, sociais ou administrativas nas áreas de guerra e nas “zonas libertadas” pelo PAIGC durante a luta de libertação e no período posterior à independência.

Paralelamente, procedi à tradução (da língua *kriol* para o português) e transcrição, bem como à análise das entrevistas, tendo apurado a preponderância, em termos numéricos, de mulheres (22) em relação aos homens (4); a prevalência, embora haja uma certa heterogeneidade em termos de proveniência regional, de indivíduos originários do sul da Guiné-Bissau (cerca de 17,5%) e pertencentes à etnia Balanta; a maioria das mulheres entrevistadas (18 em 22) iniciou a própria experiência na luta armada em idade muito jovem (entre os 10 e os 13 anos de idade, aproximadamente), dado que tem/pode ter implicações para o entendimento da noção e significado de emancipação; a maioria das pessoas entrevistadas não possui um diploma de estudos superiores e são mulheres; a maioria dos indivíduos fala cotidianamente a língua materna – que para a maioria é a língua balanta – e a língua *kriol* e não domina a língua portuguesa (dos 26 indivíduos entrevistados, apenas 8 dominam a língua portuguesa).

O trabalho de pesquisa foi orientado pela seguinte premissa: o conhecimento constitui fator essencial para a emancipação e para o desenvolvimento de qualquer comunidade humana, mas ele precisa ser apropriado de forma crítica e em estreita relação com a realidade social concreta. A partir desta constatação, procurei desenvolver a pesquisa, buscando evidências empíricas que permitissem uma análise crítica do acervo documental e bibliográfico disponível sobre a temática.

Um dos conceitos centrais no presente estudo é o de trajetória. De acordo com Bourdieu¹⁴, uma trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo. Esta objetivação resulta em trajetória, que, diferentemente das biografias comuns, descreve um conjunto de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário¹⁵. Neste caso considero possível intercambiar a palavra “escritor” e “literário” por “mulheres combatentes” e “militantes”, sem alterar o sentido da definição.

13 Os critérios considerados para a escolha dos indivíduos entrevistados na Guiné-Bissau foram inicialmente definidos tendo em vista o trabalho comparativo a que o projeto de pesquisa originalmente se propôs. Embora esse trabalho não tenha sido realizado e, portanto, não constitua o foco da presente pesquisa, decidi manter os mesmos critérios. No caso concreto da Guiné-Bissau, a escolha baseou-se nas informações fornecidas pela Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria e em alguns estudos meus recentemente publicados: GOMES, Patrícia Godinho. “As outras vozes”: percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. *ODEERE – Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade*, Universidade Estadual do Sul da Bahia, ano 1, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 121-145; GOMES, Patrícia Godinho. A mulher guineense como sujeito e objeto do debate histórico contemporâneo: excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. *África Development*, CODESRIA, v. 41, n. 3, pp. 71-79.

14 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

15 BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

Como nota Montagner¹⁶,

perseguir uma trajetória, na visão de Bourdieu significa, portanto, acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos nas suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem. A origem social dos sujeitos é, seguramente, um elemento importante na elucidação dessas trajetórias, uma vez que o *habitus* primário, devido ao ambiente familiar, é uma primeira e profunda impressão social sobre o sujeito.

A partir deste tipo de abordagem, centrada essencialmente em relatos de experiências de vida de indivíduos, é possível capturar aspectos da vida cotidiana de sujeitos e do ambiente social em que as suas atividades diárias têm lugar, de forma concreta. No caso do presente estudo, a trajetória se relaciona à compreensão da relação entre o contexto de vida dos sujeitos pesquisados e seus relatos. Um dos objetivos foi o de fornecer à pesquisadora um panorama histórico ou sociopolítico o mais amplo possível, capaz de contextualizar e situar as experiências de vida do sujeito estudado, no tempo e no espaço, considerando que a qualidade dos dados depende do acesso a outras fontes de informação com que se operacionaliza esse situar espaço-tempo da narrativa. Esse procedimento serve não apenas para evitar possíveis equívocos derivados de conclusões precipitadas fundamentadas em autointerpretações intrínsecas aos relatos biográficos, bem como para a superação das noções prévias do entrevistador em relação ao universo social que envolve sua pesquisa.

Um segundo conceito empregado na minha análise de caráter endógeno/êmico é o de “mulher combatente/militante”. De acordo com as narrativas de antigas combatentes, mulheres combatentes/militantes foram todas aquelas que “contribuíram de diferentes formas para a libertação do país, pegando ou não em armas”. No caso das minhas interlocutoras, com apenas uma exceção, nenhuma esteve diretamente envolvida no corpo militar do movimento de libertação. No entanto, todas possuem estatuto de “antigas combatentes” e todas reivindicam o lugar de mulheres combatentes que militaram pela causa da independência. Como referiu em entrevista Maria Isabel Mané¹⁷, ser mulher combatente e militante era “trabalhar para a libertação da Guiné. Era de certo modo ser combatente, pois para seres “Combatente da Liberdade da Pátria”, tinhas que ser, antes de mais, militante (...)”, ainda que esse conceito se tenha traduzido em um processo de autoconscientização. Nas palavras de Maria Isabel Mané, “éramos crianças, portanto não tínhamos uma percepção clara do que era ser efetivamente militante. Sabíamos que devíamos estudar, ser dedicadas à causa da libertação e responsáveis. Mas não tínhamos a percepção da verdadeira dimensão do que era ser militante”.

16 MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias. Notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 240-264, 2007. p. 257.

17 Maria Isabel Mané nasceu na aldeia de Bontche, no sul da Guiné-Bissau, em 1953. Foi mobilizada por familiares. Tal como outras mulheres antigas combatentes, afirma que a luta foi “ter com ela” na sua aldeia.

As entrevistas realizadas permitiram constatar que a participação das mulheres guineenses ocorreu dentro de um quadro narrativo fundamentalmente masculino. Boa parte da documentação produzida sobre o tema foi escrito por homens. Esse discurso assentava na ideia de uma “dupla opressão”¹⁸, defendida por Amílcar Cabral¹⁹, que, como já referido, se traduzia em uma submissão às estruturas do poder colonial, por um lado; e, por outro, às organizações sociais em que as mulheres, a rigor, eram subalternizadas pelas estruturas de poder consideradas patriarcais. Neste sentido, o meu interesse era o de olhar para as trajetórias, conceito que defino como “a construção consciente de uma biografia”, segundo Montagner²⁰ e Bourdieu²¹. Tornou-se, então, necessário analisar as entrevistas com particular ênfase nos elementos que me permitissem recuperar como esta narrativa masculina se insinuou nas trajetórias. Sendo assim, olhei para quatro aspectos, nomeadamente:

- Como as mulheres entraram no movimento e na luta de libertação? Como já referido na introdução deste estudo, de acordo com a historiografia, as mulheres guineenses participaram na luta de libertação partindo da compreensão de que esta só seria bem sucedida com o seu contributo efetivo, uma vez que elas constituíam uma parte importante da sociedade. O discurso sobre a libertação das mulheres, que encontrou o seu propulsor na figura de Amílcar Cabral, apontou para o fato de que esse processo dependeria da construção de uma autoconsciência sobre a própria condição de subalternidade e da busca contínua de estratégias emancipatórias. Porém, da análise global das entrevistas e da observação do campo, constatei que as mulheres “foram levadas” para a luta, muitas delas ainda na primeira infância. A narrativa nacionalista mostra que a criação de uma estrutura política que contemplasse as preocupações das mulheres foi, fundamentalmente, pensada pelos homens “do partido”. Neste sentido, são interessantes os depoimentos das antigas combatentes Lissa Na Foyie e de Ana Maria Gomes Soares. A primeira afirmou que “na Escola Piloto, Cabral mostrava-nos o que era fazer a luta, a luta política, a luta

18 A propósito da “dupla opressão”, é interessante a reflexão de Oyeronké Oyewmí, num tom crítico, ao trabalho de Stephanie Urdang a respeito da “dupla colonização” sofrida pelas mulheres africanas em contexto da lutas de independência, em que a autora trata especificamente o caso das mulheres na Guiné-Bissau (na obra *Fighting two colonialisms: Women in Guinea Bissau*). De acordo com Oyewumí, não existe consenso a respeito de uma “dupla colonização” sofrida pelas africanas, sendo mais correto considerar que houve dois tipos de opressão resultantes do mesmo processo colonial, e que ambas as expressões de opressão têm as suas raízes nas relações hierárquicas de raça e gênero no contexto colonial. Por outras palavras, os europeus colonizaram as mulheres africanas enquanto “africanas” e enquanto “mulheres africanas”, sendo que as mulheres africanas experimentaram o mesmo tipo de dominação e de inferiorização racial que os homens africanos experienciaram, bem como a marginalização de gênero, seja pelo sistema colonial, seja pelos homens africanos. Esta questão assume particular importância na medida em que as mulheres africanas não ocuparam a mesma posição na ordem social colonial ocupada pelas mulheres europeias (para aprofundamento, veja-se OYÉWÚMÍ, Oyeronké. *La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales de género*. Trad. de Alejandro Montelongo González. Bogotá: Editorial en la frontera, 2017. pp. 202-203).

19 Sobre a biografia de Amílcar Lopes Cabral veja-se a obra de SOARES SOUSA, Julião. *Amílcar Cabral (1924-1973)*. Vida e morte de um revolucionário africano. Lisboa: Nova Veja, 2011.

20 MONTAGNER, *op. cit.*

21 BOURDIEU, 1996.

militar, a luta económica. A luta, dizia ele (...) era preparar os nossos próprios irmãos para tomar conta da terra (...)", enquanto que a segunda referiu, a propósito da criação da organização das mulheres, UDEMU, que "vejo-a como uma organização de mulheres na qual Amílcar Cabral pensou logo no início da luta armada. Ele (Cabral) pensava que as mulheres deveriam emancipar-se, mas de forma organizada. Cabral dedicava-se muito às mulheres e defendia os seus direitos. Ele era contra os camaradas que engravidavam as mulheres para depois as abandonar (...)". De forma análoga, outras vozes desta pesquisa constataram a mesma realidade: a organização das mulheres, embora tenha surgido de uma constatação objetiva da condição de "dupla" opressão das mulheres, não foi pensada nem gestada pelas mulheres, e nem a maioria delas participou ativamente na organização, ainda que compreendessem o alcance. Esta realidade, tal como defendido ao longo do estudo, teria condicionado a própria forma como as mulheres se colocaram no espaço da luta e o tipo de relações que estabeleceram com os seus companheiros de luta.

- Como elas se integraram no movimento de libertação? Partindo da constatação de que as mulheres "foram levadas" para a luta, fica claro, a partir dos depoimentos, o fato de que boa parte delas não possuía uma consciência clara do significado mais amplo da libertação, para além da expulsão do poder colonial. Do ponto de vista discursivo, a imagem construída pelo movimento de libertação sobre a emancipação das mulheres traduziu-se na elaboração da ideia de que elas deveriam atuar em complementaridade com os homens, seja nas estruturas políticas ou na organização das "zonas libertadas". Tal visão pressupunha, em primeira instância, a subordinação às ordens do "chefe de guerra" e a toda a classe dirigente do movimento de libertação. Contemporaneamente, esta atitude de submissão parecia refletir algumas das estruturas sociais das sociedades locais. Esta tendência, de acordo com a narrativa nacionalista, parece ter estado na base das preocupações do movimento de libertação sobre a libertação das mulheres.

- Que papéis elas assumiram? Ainda que o movimento de libertação propalasse, de forma discursiva, a relevância das mulheres, na prática e em nível das regiões libertadas, as mulheres participaram na luta de libertação assumindo, essencialmente, papéis que de algum modo se esperava que elas pudessem desempenhar, e considerados "socialmente importantes": enfermeiras, professoras, transportadoras de mercadoria, responsáveis pelos comitês de tabanca, membros dos órgãos judiciais das regiões libertadas, entre outros. Ainda que essas funções fossem relevantes, seja em termos organizativos seja estruturais, não permitiam às mulheres participar das decisões políticas, confinadas à margem do centro do poder político e das suas mais importantes estruturas. Das antigas combatentes por mim entrevistadas, quase todas elas assumiram papéis socialmente importantes e pouquíssimas assumiram cargos de destaque em nível político. Nas entrevistas também emergiu, de uma forma geral, que a maioria das antigas combatentes

desenvolveu funções dentre as acima mencionadas. Esta descrição da realidade leva-me a constatar que as mulheres atuaram dentro de uma lógica de desigualdades, na qual o discurso masculino dominante (com múltiplos narradores, podendo estes ser tanto homens quanto mulheres) estabeleceu previamente qual/quais o/os papel/papéis que lhes caberia na organização e no desenvolvimento do processo de construção nacional.

- Que autoconsciência desenvolveram ao longo do processo? Ficou claro, da análise das entrevistas e da literatura de referência, que as mulheres combatentes tiveram uma participação ativa na luta de libertação. Todavia, tal não correspondeu a uma adequada representação política na hierarquia do PAIGC no contexto da independência. Não obstante, ainda que de forma limitada no tempo e no espaço, a luta de libertação favoreceu a formação de uma consciência política entre as mulheres, seja através do processo de mobilização e de formação política e ideológica dentro das estruturas do movimento, seja atuando como mobilizadoras e formadoras dos mais jovens nas áreas rurais. Este segundo aspecto, embora não tenha sido claramente colocado na maioria das entrevistas, parece estar implícito, sobretudo quando as interlocutoras abordaram os contextos familiares e a forma como entraram no processo, em que as mães/mulheres em geral, tiveram um papel importante.

O discurso nacionalista e a participação das mulheres na luta de libertação: tensões e contradições de um processo

Como já analisado anteriormente, o tema da participação e da libertação das mulheres na luta de independência foi central no discurso do PAIGC. Foi igualmente constatado que ao discurso da luta contra o sistema colonial e a favor da construção de uma “nova sociedade”, corresponderam, ainda que limitadas ao contexto das regiões libertadas²², práticas que terão contribuído para a progressiva transformação das relações sociais e de gênero e que, possivelmente, proporcionaram às mulheres militantes condições objetivas para o efetivo exercício da própria cidadania, seja no contexto da luta de independência, seja na fase imediatamente posterior.

Nesse processo, as mulheres participaram tanto na organização das eleições quanto no ato da votação no quadro das primeiras eleições políticas, em 1972, com vista à proclamação da independência do país por via unilateral, em setembro de 1973. De acordo com a narrativa oficial e segundo a opinião dos entrevistados, foi o primeiro momento em que as mulheres das áreas

²² “Zonas libertadas” correspondiam às áreas territoriais que as forças nacionalistas do PAIGC reivindicavam ter sob o próprio controlo durante a guerra, mas fortemente contestadas pelo poder colonial (sobre o conceito de “zonas libertadas” veja-se GOMES, Patrícia Godinho. *Os fundamentos de uma nova sociedade: o PAIGC e a luta armada na Guiné-Bissau*, Torino: L’Harmattan Itália, 2010, em particular pp. 83-84).

libertadas da Guiné exerciam, de forma responsável, a própria cidadania e escolhiam os seus representantes políticos. Foi o caso de Ana Maria Gomes Soares²³, uma antiga combatente. A propósito das primeiras eleições e da criação da Assembleia Nacional Popular, ela afirmou:

Na primeira legislatura da ANP (1973-1976), fui escolhida (lá no mato) como deputada, mas acabei por não entrar porque estava grávida e não foi possível. Foi por essa razão que acabei por não assistir à proclamação do Estado em Madina de Boé (sul do país). Fui até Boké mas não segui... houve um acidente e vários deputados tinham morrido no caminho (...). O Partido propunha as pessoas para serem deputados pelas diversas regiões, com o conhecimento das populações. Quando saímos do mato, ainda cheguei a ser responsável política do Setor de Nhacra e conselheira no Setor Autónomo de Bissau-SAB. Depois o Partido colocou-me como Comissária Política no Hospital Simão Mendes. Isso em 1974. Eu cheguei a Bissau em junho de 1973 (...).

O trecho acima permite entender como a construção de uma consciência política constituía uma questão central para a emancipação e dependia de como as próprias mulheres lidavam com o poder. No entanto, o que se verificou foi a reprodução de uma subalternidade nas estruturas políticas: participaram na organização das eleições, votaram e exerceram o direito de cidadania, mas não assumiram a liderança posteriormente. Mulheres como Ana Maria Gomes Soares participaram ativamente na organização da primeira assembleia constituinte guineense. Foram também os casos de Teodora Inácia Gomes, de Francisca Pereira e de Carmen Pereira, todas elas destacadas militantes do movimento de libertação²⁴. Da mesma forma, várias outras militantes do PAIGC tiveram uma participação ativa neste processo. Segundo Ana Maria Gomes Soares, várias mulheres do movimento de libertação desempenharam papéis importantes, mas acabaram no esquecimento. Ao relatar sobre o processo de mobilização de sua família, sobre as dificuldades do processo e sobre a necessidade de clandestinidade no início da luta armada e o papel das mulheres, ela lembra que:

(...). No início da luta era perigoso... eu conheci a palavra do PAIGC através da minha mãe (...). A minha mãe cozinhava mas nunca me disse a quem era destinada essa comida. Dizia que era para os camponeses. Sabe, essa época era muito perigosa. Uma criança que não tinha noção e poderia facilmente falar que havia guerrilheiros a lutar contra o regime colonial, porque os portugueses faziam erupção de vez em quando para controlar e obter informações sobre possíveis “terroristas”, como eram chamados os nacionalistas. Isto passou-se antes ainda da luta armada ter iniciado, em 1961. Estava-se na fase da mobilização. Os pais mobilizavam os filhos (...).

23 Ana Maria Gomes Soares nasceu em 1951, Cubucaré (nome dado já na luta), sul da Guiné, que anteriormente tinha o nome de Caolac. É filha de camponeses da etnia Mandjaco do centro norte do país que nos anos da luta armada tinham migrado para o sul em busca de melhores condições de vida. Entrevista concedida à autora em Bissau, em 23/04/2017.

24 Em outro trabalho de pesquisa sobre a trajetória de Teodora Inácia Gomes na luta de libertação constatei, através do seu testemunho e de documentos, que as mulheres tiveram uma parte importante em todo o processo político (incluindo a organização das eleições da primeira ANP) na criação do estado independente da Guiné-Bissau (para aprofundamento, veja-se GOMES, Patrícia Godinho. A mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. *Africa Development*, v. XLI, n. 3, pp. 71-95, 2016.

Uma primeira dimensão da análise diz respeito à mobilidade dos indivíduos e das famílias/comunidades durante a luta armada. A maioria das mulheres por mim entrevistada para fins desta pesquisa, tal como Ana Maria Gomes Soares, nasceu nas zonas rurais e não em Bissau, prevalentemente no sul da Guiné-Bissau, e uma minoria no norte do país²⁵. Nasceram no contexto da luta de libertação, ou melhor, como afirmou a mesma: “Eu não nasci na cidade para depois ser levada para as matas onde a luta se desenvolveu. A luta de libertação é que me foi encontrar no lugar onde nasci”. Esta narrativa, e a que segue, deixam transparecer situações complexas, em que a luta “foi ter” com as mulheres nos lugares onde nasceram, assim como mulheres foram “levadas” para a luta, sobretudo pelos próprios pais. Neste sentido, é necessário entender as trajetórias das antigas combatentes a partir de suas experiências da primeira infância.

Mamae Barbosa²⁶, médica e militante do PAIGC, referiu que quando a luta armada eclodiu em 1963, ela era ainda criança e foi “levada” pela mãe para a aldeia onde morava a avó materna, a fim de escapar aos bombardeamentos. De acordo com o seu testemunho,

por volta dos 4, 5 anos de idade, a minha mãe levou-me para casa dos meus avós (no sul), foi no início da luta, portanto em 1962-63. Por volta de 1965-66, comecei a entender que havia guerra. A minha avó carregava-me às vezes às costas durante os bombardeamentos. Foi na nossa tabanca que comecei a frequentar a escola, na tabanca de Ganafa, perto da nossa. Era lá que se aprendia o “abc”. E quando os ataques se tornaram mais intensos, já em 1966, levavam-nos para o mato, e quando os ataques terminavam voltávamos à escola.

E ainda Nena Na Fona, sobre a mesma questão, assim contou: “nasci em 1963? [ano em que iniciaram as ações armadas no sul da Guiné-Bissau] no setor de Tite, região de Quinara (sul do país), na tabanca de Foia. Tinha havido na época um grande bombardeamento. Fui então levada para uma aldeia vizinha, Gandua Porto, entregue a uma tia (...)”. Nena Na Fona, ainda sobre a questão da mobilidade forçada a que ela e sua família foram obrigadas durante a luta armada, referiu que por volta de 1966, devido aos constantes bombardeamentos, foram novamente obrigados a deslocar de aldeia. Narrando um dos episódios que havia escutado, disse: “os mais velhos, quando ouviram que os guerrilheiros tinham atacado a aldeia, fugiram conosco (crianças) e levaram-nos para a base onde estava o Malan Sanha, numa *barraca*²⁷ em Gandiabel. Fomos entregues e aí havia uma professora que nos ensina a ler e a escrever (...)”.

25 Cabe referir, contudo, que a mobilidade durante os anos da luta de libertação, tal como emerge das entrevistas, foi grande e obedeceu a várias razões. Não sempre as populações que se deslocavam de uma região para outra o faziam com envolvimento direto na luta. Houve situações de indivíduos e famílias que pelas condições adversas criadas pela guerra, procuravam áreas mais seguras em termos sociais e econômicos.

26 Mamae Barbosa nasceu em 1958, na ilha de Bolama, sul da Guiné-Bissau. Frequentou a Escola Piloto (do PAIGC) em Conacri e estudou medicina na Romênia. Especializou-se em medicina interna, possui mestrado em Saúde Pública e pós-graduação em Medicina Tropical pelo Instituto de Medicina Tropical de Lisboa. Entrevista concedida à autora, Bissau, em 26/04/2017.

27 Barraca é o nome atribuído às construções em palha que serviam de refúgio aos guerrilheiros nas áreas de guerra.

No relato de Nena Na Fona emerge, igualmente, a memória de momentos particularmente dramáticos da luta armada, da crueldade da guerra de ambos os lados (colonial e nacionalista), ao mesmo tempo que testemunha a capacidade de resistência das populações à condição de guerra permanente. A partir da sua experiência pessoal de violência de guerra, referiu:

Devia ter uns seis, sete anos. Estava a trocar os dentes... Um belo dia, nessa aldeia, lembro-me que o PAIGC fez um ata que terrível e destruiu quatro famílias de portugueses, alguns ficaram feridos e alguns conseguiram escapar (...). Pouco depois, um jato e um bombardeiro das forças portuguesas arrebentaram com toda a aldeia. O Malan Sanha (comandante de guerra) teve uma grande perda... os sobreviventes contavam-se pelos dedos. As meninas que tinham ido buscar água à fonte, lá ficaram...todas elas morreram! Eu tentei correr para a *barraca*, escondi-me por baixo de uns ramos de poilão²⁸. Fui ferida pelas tropas portuguesas mas consegui aguentar. De onde estava escondida conseguia ouvir as vozes deles [tropas] e percebia que estavam a fumar. Vi uma minha colega a ser morta por essas tropas quando procurava fugir. Eu sangrava, desmaiei várias vezes mas aguentei. Os guerrilheiros do PAIGC contra-atacaram e as tropas portuguesas acabaram por abandonar a aldeia de Gandua Porto. Isto ocorreu na época das chuvas, em 1969/70.

As migrações forçadas das populações nesse período foram uma necessidade do contexto e emergem na maioria dos testemunhos. Esta condição forçada teve várias implicações, seja em nível da redistribuição da população ou em nível das regiões, seja em termos da mobilidade étnico-cultural, ou ainda em termos da difusão em nível nacional do idioma *kriol*, até então língua franca dominada, essencialmente, pelas populações do litoral. A este propósito é de interesse o testemunho de Brinsan Nassetche²⁸sobre seu contato com Amílcar Cabral:

Aconteceu no início da luta (1963/64) um episódio que me marcou muito. Foi em Conacri (República da Guiné), no internato. Ele (Cabral) estava em Minière, onde era a sede do PAIGC. Ele (Cabral) ia sempre ao Lar ver as crianças e os jovens internados. Nessa ocasião pediu para ver as crianças que tinham acabado de chegar do sul. Estava contente. Falou conosco. Disse-nos que a luta iria terminar e que éramos nós o futuro da nossa terra. Fiquei contente ao ouvi-lo falar, apesar de não ter compreendido tudo o que ele dizia, pois naquela época nem *kriol* eu falava! Foi no Lar Bonfim que aprendi a falar *kriol* com os outros companheiros, e lá tínhamos aulas de português também (...).

Tchadi Sambu²⁹, igualmente combatente do PAIGC, foi das poucas mulheres a exercer funções de alto nível militar. Sambu fez parte das unidades móveis da região do Norte, e o seu

28 Brinsan Nanssetche nasceu na vila de Cabuchanque, setor de Bedanda, sul da Guiné-Bissau. Pertence ao povo Balanta. Foi pioneira do PAIGC e frequentou a Escola Piloto de Conacri entre 1962 e 1966. Brinsan é camponesa e é Antiga Combatente da Liberdade da Pátria. Entrevista concedida à autora em Cabuchanque (Bedanda), sul da Guiné-Bissau, em 02/05/2017.

29 Tchadi Sambu (já falecida) nasceu em Cubucaré, no sul da Guiné-Bissau, em 1958 (o ano de nascimento indicado por algumas das interlocutoras é aproximativo. Pelas circunstâncias em que ocorreu a luta armada, nem sempre foi possível registar os nascimentos e, por conseguinte, conhecer a data exata dos mesmos). Foi guerrilheira e tem estatuto de Antiga Combatente.

desempenho, na opinião de alguns dos históricos comandantes do PAIGC³⁰, foi equivalente a de destacados comandantes daquela região, em Sara-Kandjafra. Sobre a forma como entrou na luta armada, afirmou: “(...) não fui mobilizada, entrei na luta ainda muito jovem, mas porque quis, porque achava que devia ajudar. Fui para Camunhu, região de Tombali, em 1963”.

Os relatos acima indicam, tal como alguns conteúdos de narrativas referidas no estudo sobre Moçambique, que as mulheres foram mobilizadas para entrar na luta armada durante todo o processo. O aspecto que me parece merecer destaque é o fato de que em ambos os contextos (Guiné-Bissau e Moçambique) se verificaram casos de meninas que conheceram a guerra em idade precoce (ainda crianças), embora, em muitos outros, mulheres tenham sido mobilizadas por pais, maridos ou outros familiares³¹. Diversamente do caso de Cabo Verde, onde, não tendo sido possível o desenvolvimento de ações armadas dentro do território, o trabalho político traduziu-se em um intenso confronto de forças políticas entre as ilhas, tendo as mulheres integrado as milícias criadas pelo PAIGC, no quadro da luta de independência, e onde muitas mulheres lutaram e contribuíram a partir da diáspora³².

Várias mulheres que participaram na luta de libertação deslocaram-se, com a própria família ou com conhecidos, para outras regiões do país. Esta mobilidade influenciou novos tipos de relações sociais e inter-étnicas. Em muitos casos, mulheres balantas casaram-se com homens beafadas, mulheres pepel casaram-se com homens mancanhas³³. Neste sentido, os depoimentos, com maior ou menor ênfase, procuram relativizar a preponderância do fator étnico (no caso específico, a preponderância dos balanta como combatentes) na luta. Pelo contrário, de forma geral, os entrevistados, embora reconhecendo as próprias identidades culturais e linguísticas, acreditam que a grande força da luta armada na Guiné-Bissau foi ter conseguido aglutinar a maioria em torno de um objetivo comum – a libertação da opressão colonial – e ter consentido a essa maioria a possibilidade de contribuir no processo de construção nacional, independentemente da pertença étnica. Essa terá sido, segundo as/os protagonistas, a grande virtude do projeto libertário.

30 Em entrevista, Manuel dos Santos (Manecas) e Lúcio Soares, ambos comandantes em Morés e Candjambari, na região norte da Guiné-Bissau, afirmaram que Tchadi Sambu foi uma das maiores comandantes que a luta armada teve naquela região (entrevistas de Manuel dos Santos Lúcio Soares, concedida à autora em Bissau, em 20/04/2017 e 29/04/2017, respectivamente).

31 Como referiu Isabel Casimiro no seu capítulo: “Algumas mulheres haviam sido levadas com os familiares, outras acompanhavam os maridos ou namorados, algumas foram recrutadas para ir lutar, como referem os relatos. Poucas faziam-no com consciência nacionalista”. Este depoimento, tal como vários outros, são reveladores do fato de que muitas mulheres “cresceram na luta”, como se verificou no caso guineense.

32 A luta das mulheres a partir da diáspora nos três contextos em estudo foi um fator importante para a boa condução dos processos. Como se pode constatar dos estudos realizados, as mulheres integraram células clandestinas dos movimentos de libertação, seja nos próprios territórios, seja em países limítrofes (onde contavam com seus secretariados e retaguardas) e em países europeus. Esta especificidade terá proporcionado, nos três casos, o avanço incontestável das lutas, que obedecia a lógicas internas e externas e necessitava de apoios internos e externos.

33 Trata-se de nomes de povos da Guiné-Bissau. Para uma leitura mais detalhada sobre as organizações sociopolíticas dos povos que compõem o território guineense, veja-se DJALÓ, Tcherno. *O mestiço e o poder: identidades, dominações e resistências na Guiné*. Lisboa: Vega, 2012.

Uma segunda dimensão da análise tem a ver com o conceito de “mulher militante”. Qual terá sido a percepção das mulheres? Quem era militante? Ser militante era o mesmo que ser combatente? Militantes eram apenas as mulheres (e os homens) estabelecidas/os nas zonas de combate e/ou libertadas ou eram todas as/os que, de diferentes formas, contribuía(m) para o avanço da luta?

Em uma das suas reflexões sobre a luta de libertação, Amílcar Cabral abordou a questão da militância e do significado de militante. Na sua concepção, militantes eram todos os que tinham como objetivo a luta contra o colonialismo português, no quadro do movimento de libertação. Foi neste sentido que afirmou: “A luta é a ação de cada dia contra nós mesmos e contra o inimigo, ação que se transforma e cresce cada dia mais, até tomar todas as formas necessárias para correr com os colonialistas portugueses da nossa terra”³⁴. Esta postura traduzia-se, essencialmente, no engajamento das populações para com o PAIGC e para com o objetivo da libertação, através da observação dos seus princípios, por um lado, e na compreensão das múltiplas dimensões da luta (política, organizativa e diplomática), por outro. Em termos discursivos, essa traduzia a forma como os povos da Guiné poderiam alcançar a libertação da opressão colonial. E foi com base nesse pressuposto que Amílcar Cabral afirmou:

O nosso Partido, sem falar muito, sem estar com conversa, chegou a esta posição: nós todos sabemos que não há nem dentro nem fora, porque todos podem estar tanto dentro como fora da terra (...). É dentro da panela que se coze o arroz, mas sabemos a importância que tem a lenha e tantas outras coisas para fazer cozer o arroz (...). o movimento da nossa gente, ou fora ou dentro, faz-se de acordo com as necessidades da nossa luta. Isto é fundamental para nós. (...) ³⁵.

Segundo os testemunhos das mulheres entrevistadas no âmbito do grupo focal “Antigas Alunas da Escola Piloto”³⁶, ser militante e mulher militante era muito mais do que combater no mato. De acordo com Lissa NaFayoie³⁷,

na Escola Piloto, Cabral mostrava-nos o que era fazer a luta, a luta política, a luta militar, a luta econômica. A luta, dizia ele, não era apenas expulsar os colonialistas da nossa terra, era preparar os nossos próprios irmãos para tomar conta da terra. Para nós (mulheres do partido), ser militante (e ser mulher militante e combatente) não era só pegar em armas, embora tenha havido mulheres guerrilheiras que

34 CABRAL, Amílcar. Partir da realidade da nossa terra: ser realistas. ANDRADE, Mário de (Coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral*. v. I: A arma da teoria. Lisboa: Seara Nova, 1976. p. 147.

35 *Id.*, p. 148.

36 O grupo focal foi realizado na cidade de Bissau, em 27/04/2017. Dele fizeram parte cinco antigas combatentes: Lissa Na Faioye, Biloni Nhamana Tamba Nhassé, Nena Na Fona (dinamizadora do grupo), Nhaga Cassama, Maria Isabel Mané.

37 Lissa Na Fayoie nasceu em Cubucaré (sul da Guiné-Bissau), em 1955. Lissa é militante do PAIGC, antiga combatente e antiga aluna da Escola Piloto de Conacri. Atualmente aposentada. Entrevista à autora no âmbito do grupo focal “Antigas alunas da Escola Piloto”, em Bissau, em 27/04/2017.

tiveram papel importante como a Titina Sila³⁸ e a Tchadi Sambu. Ser militante e combatente era acreditar nas palavras de ordem do Partido e agir de acordo com elas em todos os sentidos. Eu, por exemplo, só tive o cartão de militante do PAIGC quando entrei para a Rádio Libertação, em 1972, ainda antes da morte de Cabral.

Tal como Lissa Na Fayoie, Maria Isabel Mané³⁹ afirma que militante era

trabalhar para a libertação da Guiné. Era, de certo modo, ser combatente, pois para ser Combatente da Liberdade da Pátria tinha que ser, antes de mais, militante (...). As pessoas entendiam que só quem tivesse combatido tinha o direito de ser considerado militante, mas na verdade militantes eram todos: os combatentes em armas, os enfermeiros, os professores, os cozinheiros, etc. Isso é o que Cabral nos dizia (...).

Ainda relativamente ao conceito de “militante”, Biloni Nhamana Tamba Nhassé⁴⁰ referiu que

havia aquela expressão de que nem todos eram do Partido e, portanto, nem todos eram militantes. Bom, para ser militante era preciso ter uma boa conduta, ser-se brilhante (se eram alunos). Os alunos militantes da Escola Piloto eram os bons alunos, destacavam-se. Portanto, militantes eram todos os que tinham se engajado na luta.

Essas percepções sobre o significado de “militante e mulher militante” deixam entender que se circunscrevia às(aos) que faziam parte do movimento de libertação os “bons combatentes”, os “bons militantes”, os “bons filhos da terra”, os “bons alunos”, enfim, os(as) que observavam os princípios “do partido”. No entanto, a reflexão de Maria Isabel Mané parece-me particularmente interessante. Diz a propósito que

o que o Partido entendia por militante você pode ler em vários documentos elaborados por Amílcar Cabral. Outra coisa, é o que nós entendíamos por militante. Eu cheguei ainda criança na Escola Piloto, em 1965/66, onde me formei como militante do Partido. Fui pioneira juntamente com o Marcelino Vaz, Joaquina da Cunha e o Dr. Mário Mendes (que estudou em Cuba e morreu aqui em Bissau). Éramos crianças, portanto não tínhamos uma percepção clara do que era ser efetivamente militante. Sabíamos que devíamos estudar, ser dedicadas à causa da libertação e responsáveis. Mas não tínhamos a percepção da verdadeira dimensão do que era ser militante.

Os testemunhos acima referidos revelam a construção de uma autoconsciência ao longo do processo de libertação. Os dados demonstram que, embora de forma circunscrita, a luta de libertação favoreceu a formação de uma consciência política entre as mulheres através do processo

38 Ernestina Sila, conhecida como Titina Sila foi uma destacada guerrilheira do PAIGC, morta em uma emboscada no rio Farim (norte da Guiné-Bissau) no dia 30 de janeiro de 1973, quando se dirigia a Conacri para assistir às exéquias de Amílcar Cabral, assassinado em 20 de janeiro do mesmo ano. O dia 30 de Janeiro foi instituído pelo estado guineense como o Dia da Mulher Guineense.

39 Maria Isabel Mané nasceu na aldeia de Bontche, no sul da Guiné-Bissau, em 1953. Foi mobilizada por familiares. Tal como outras mulheres antigas combatentes, afirma que a luta foi “ter com ela” na sua aldeia.

40 Biloni Nhamana Tamba Nhassé nasceu em Bambadinca, a norte de Bissau, em 1963. A sua família emigrou para Buba, sul do país, por motivos da guerra. Biloni é militante do PAIGC, antiga combatente e atual secretária geral da UDEMU (União Democrática das Mulheres Guineenses), a organização feminina do PAIGC.

de mobilização e de formação política e ideológica.

De forma geral, foi possível constatar, na opinião dos entrevistados, a mesma ideia de militante e/ou mulher militante. Porém, as palavras de Isabel Mané abrem uma nova possibilidade de reflexão relativamente à compreensão que se tem do conceito de “militante” e de “mulher militante”. Diversamente da maioria, Isabel Mané foi das raras vozes que alertou para a importância de distinguir entre o conceito de militante, definido pelo PAIGC, e a compreensão que os indivíduos têm desse conceito. Considerando o fato de que boa parte dos entrevistados afirmou ter entrado em contato com a luta de libertação em idade precoce (entre os 7 e os 11 anos), esta é uma questão que acredito merecer uma reflexão mais aprofundada. Embora isso não tenha sido indicado claramente nas entrevistas, foi recorrente a frase “cresci na luta”, o que leva a considerar que esses indivíduos se tornaram adultos nos espaços onde se desenvolveu a luta de libertação. Este aspecto tem, na minha perspectiva, importantes implicações sobre como têm sido narrados os fatos relacionados a esse processo histórico, em particular modo, a tendência para um certo doutrinamento e a romantização do processo.

Um outro aspecto que importa evidenciar nesta análise diz respeito às tensões inerentes ao processo da luta de libertação e às eventuais contradições. A este respeito, em uma recente reflexão, procurei compreender o alcance da participação das mulheres no processo e das suas conquistas efetivas. A esse respeito, considero que

os fatos históricos oficialmente narrados apontam para uma inegável importância da presença das mulheres na “revolução”, tendo as mesmas conseguido, em alguma medida, romper com determinados esquemas de dominação masculina e conquistado posições de relevo, seja ao mais alto nível das estruturas do PAIGC, seja em temas sociais e econômicos. Contudo (...) era necessário considerar a face mais controversa do processo, que não apenas se traduziu em uma cooptação política e militar mais ou menos coerciva, como também em limitações a vários níveis (da logística à formação de quadros) em um território onde o “não alinhamento” com as forças nacionalistas se traduziu, em diversos casos, em fugas para os países vizinhos⁴¹.

Os conflitos não se verificaram apenas em relação a indivíduos que, eventualmente, se afastaram do processo, por diferentes motivos. Houve, no seio do movimento das mulheres e da sua organização de referência, a UDEMU, tensões internas que supostamente terão conduzido, em alguns casos, ao silêncio e/ou silenciamento de várias mulheres. A este propósito são interessantes algumas perspectivas, seja em relação à invisibilização de mulheres que participaram ativamente na luta de libertação, seja em relação às tensões internas que têm caracterizado as relações entre as mulheres militantes do PAIGC. Ana Maria Gomes Soares, sobre a questão das mulheres “invisíveis”

41 GOMES, Patrícia Godinho. Revisitando a luta de libertação na Guiné-Bissau: que emancipação para as mulheres?. *Revista Semana da África na UFRGS*, v. 5, p. 4-9, 2017.

da história da libertação, afirmou:

Gostaria agora de dizer que em relação às mulheres na luta, há aquelas que nunca são mencionadas, entre as quais as primeiras mulheres que o Amílcar Cabral enviou à China, como a Nhima Dabo, a Carlota Sanca, a Aua Cassama (a senhora que foi assassinada em Boké ainda antes da morte de Cabral possivelmente por discordar de alguns aspectos de como estava sendo conduzido o processo... ou talvez porque sabia de algo relacionado com um possível complô para eliminar Cabral). Portanto, que eu saiba, essas foram as três primeiras mulheres que foram estudar fora da Guiné. Mas há outras: por exemplo, a Paulina Cassamá, a Tambura Na Canté, a Tchadi, a Sugunda Na N'Kabna (miliciana muito destacada), a Maria Osvaldo. Éramos várias no Norte. Essas eu conhecia. A Matilde, esposa do André Pedro Gomes. Quer dizer, tínhamos mulheres destacadas e é importante conhecerem-se essas figuras e saber o que fizeram e, talvez um dia, homenageá-las com nomes de ruas ou praças. E para que os nossos jovens saibam quem foram elas e o que fizeram. Por exemplo, a Isabel Leal de que lhe falei, foi uma senhora importante na luta, mas a maior parte das pessoas não a conhece e nem sabe o que ela fez.

A maioria desses nomes é desconhecida pela narrativa oficial da história da independência. Impõe-se, neste sentido, um trabalho aprofundado e sistemático de resgate de memórias e de (re)escrita das histórias de mulheres, a partir das suas narrativas e percepções, como foi possível constatar ao longo deste trabalho. Relativamente à participação política das mulheres, em uma visão histórica, Ana Maria Gomes Soares afirmou:

Vejo-a [UDEMU] como uma organização de mulheres na qual Cabral pensou logo no início da luta armada. Ele [Cabral] pensava que as mulheres deveriam emancipar-se, mas de forma organizada. Cabral dedicava-se muito às mulheres e defendia os seus direitos. Ele era contra os camaradas que engravidavam as mulheres para depois as abandonar. Combateu muito esse aspecto. As pessoas casavam-se na luta, com aliança e tudo! Cabral fazia questão que as mulheres fossem respeitadas, sempre. Mas essa organização não evoluiu, em minha opinião (...). Sabe, os Mandingas dizem “se tens uma carga e vires que consegues carregá-la, então põe na tua cabeça e leva, mas se vires que não podes carregar, perceberás simplesmente olhando para ela, deixa-a onde a encontraste”. Há que pôr as pessoas capazes à frente das instituições e organizações. Por exemplo essa Plataforma Política das Mulheres recentemente criada⁴². As pessoas da minha geração fizeram a sua parte, agora só poderemos observar e, talvez, aconselhar os que lá estão para que não cometam asneiras. As mulheres precisam de uma união mas com gente esclarecida. Não é aquele tipo de eleições a que eu própria assisti na UDEMU... não se pode apoiar alguém que se sabe perfeitamente sem o perfil adequado para assumir determinados cargos, entende? Se sou velha, devo dar espaço a quem é mais jovem do que eu. Esse é o meu pensamento e essa deveria ser a postura dentro do PAIGC e da própria UDEMU. Mas não é. Por exemplo, no Congresso de Cacheu (2015) a participação das mulheres foi ínfima. Muitas mulheres estiveram presentes mas sem nenhum destaque. As mulheres não apoiam umas às outras para os postos de um certo nível de responsabilidade. Se isso acontecesse, muitas estariam hoje no Governo, no Parlamento e em outros cargos de chefia. Preferem

42 A Plataforma Política das Mulheres foi criada em 2008, sob os auspícios das Nações Unidas. Reúne mulheres de todos os quadrantes políticos guineenses e da sociedade civil e tem como objetivo principal contribuir de forma positiva para o empoderamento político das mulheres guineenses. No panorama político interno da Guiné-Bissau é considerada um importante instrumento de lobby.

apoiar os homens.

A propósito do seu desempenho na luta como enfermeira e da memória do “esquecimento” em relação às mulheres militantes e combatentes, Nena Na Fona afirmou:

Há uma coisa que ainda não disse e que poderá guardar na sua memória. Durante a guerra, éramos nós enfermeiras que lavávamos as ligaduras cheias de sangue. Não se cortavam, eram desmanchadas e colocadas em grandes recipientes com água a ferver e sabão desinfetante. Foi aí que aprendi a usar o sabão preto. Esse sabão era cortado e misturado com água a ferver e se transformava numa espécie de papa. Nesse preparado eram emergidas as ligaduras e com um pau comprido mexíamos dentro daquela água. Depois deixávamos arrefecer e em seguida lavávamos as ligaduras à mão e estendíamos. E quando estivessem secas, tínhamos que as levar para casa e dobrar cada uma, porque eram pedaços muito compridos. E depois passávamos a ferro essas ligaduras. Aquilo que passámos só Deus sabe! E ninguém hoje se lembra de tudo o que fizemos e dos nossos sacrifícios! Penso que não haverá mais geração nenhuma que fará o que nós fizemos, mesmo que haja uma outra guerra na Guiné! Penso que nenhuma senhora faria hoje o que nós fizemos no passado!

A narrativa de Nena Na Fona é demonstrativa do sacrifício e do fato de que as mulheres assumiram papéis fundamentalmente sociais na luta, tal como defendi na seção anterior. Esta trajetória, como diferentes outras que constam deste estudo e de outros que desenvolvi recentemente⁴³ sugerem que as mulheres combatentes tiveram uma participação importante no processo de construção nacional, permanecendo, todavia, submetidas a uma lógica “patriarcal” do movimento de libertação. Lógica essa reforçada pelas próprias realidades sociais, ainda que sejam necessários estudos empíricos mais aturados, capazes de demonstrar a natureza das diferentes comunidades guineenses em termos da organização social e das relações de poder e de gênero. De modo geral, essas mulheres atuaram dentro de uma lógica de relações de gênero em que a dominação masculina foi o elemento estruturante; participaram, mas quase sempre ocupando funções “femininas” dentro do movimento de libertação.

Sobre a desilusão em relação ao PAIGC e às mulheres do partido, Brinsan Nanssetche afirmou:

Nada fizeram por mim (as mulheres do partido). Pelo menos falo pela minha experiência (...). O Partido que Cabral criou era bem diferente deste partido que vemos hoje. Não tem nada a ver! Aquele era um partido que se preocupava com as pessoas, com a condição de vida dos guineenses, com os problemas das pessoas. Interessava-se pelas pessoas. Esse partido que vemos hoje não olha pelas pessoas, não se interessa. Não nos chamam para participar nas tomadas de decisão. Nem sequer nos conhecem.

43 GOMES, Patrícia Godinho. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. *Outros Tempos*, v. 12, n. 19, pp. 168-189, 2015a; GOMES, Patrícia Godinho. Sobre a gênese do movimento feminino na Guiné-Bissau: bases e práticas. In: GOMES, Patrícia Godinho; DIOGO, Rosália; DINIZ, Débora; SANTOS, Maria Helena (Orgs.). *O que é feminismo?– Cadernos de Ciências Sociais*. Maputo: Editora Escolar, 2015b. pp.13-43.

Conclusão

Ao longo deste texto procurei demonstrar como o discurso elaborado e proferido pelo movimento de libertação PAIGC sobre a emancipação das mulheres combatentes guineenses nem sempre correspondeu à prática. A partir de uma reflexão em nível mais global, constatei a relativa ausência das mulheres na historiografia africana, realidade à qual a Guiné-Bissau não é alheia. Como referiu Bolane Awe⁴⁴, os sujeitos femininos africanos estão praticamente ausentes das narrativas oficiais, e quando estes são reconhecidos, constituem exceções. Segundo a autora, subjacentes à ideia de mulher se encontram algumas suposições que precisam ser questionadas: as narrativas sobre o passado africano são, na verdade, a história dos homens. Aceitar esse tipo de concepção significaria legitimar afirmações que, em relação à África, já se reconhecem como falsas. Nesse processo de recuperação da história das mulheres, a aproximação dos pesquisadores precisa considerar as múltiplas percepções.

Emergiu da pesquisa empírica um universo “feminino” que disputa hoje o seu lugar na construção da memória sobre a libertação da Guiné-Bissau. Tal como defendi, as narrativas das mulheres foram amplamente sub-representadas e romantizadas na historiografia e raramente se procuraram os pontos de tensão no debate histórico. Uma das questões transversais a todas as entrevistas realizadas é o fato de que as “irmãs” da luta que se tornaram representantes no contexto de Estado nacional e/ou do partido no poder, acabaram por “abandonar” várias das companheiras com as quais partilharam os ideais da luta. A emancipação deveria ser, em tese, uma luta das mulheres, e as conquistas deveriam ser entendidas não apenas como benefício para elas mas para a sociedade na sua globalidade e complexidade. Enquanto conjunto de estratégias políticas empreendidas pelas mulheres, a emancipação foi uma ideia inicialmente construída e projetada pelo movimento de libertação. Para a sua compreensão e apropriação, faltou considerar as perspectivas das mulheres guineenses enquanto grupo social, tendo em conta suas origens étnicas e contextos sociopolíticos e religiosos, bem como os próprios sistemas de organização social. Se se considerar a heterogeneidade sociocultural guineense, é possível constatar que os diferentes povos possuem linguagens e códigos culturais próprios, com dinâmicas diferentes. No caso do meu estudo, emergiu a preponderância de mulheres Balanta, antigas combatentes, em cuja sociedade as relações de gênero permitem uma certa liberdade, seja em termos de casamento ou da sexualidade, como constatado a partir de algumas narrativas e da minha própria observação.

Pude compreender a importância de refletir comparativamente, considerando a heterogeneidade territorial da Guiné-Bissau, bem como as possibilidades de desenvolver um estudo

44 AWE, Bolane. Writing women into history: the Nigerian experience. In: OFFEN, Karen *et al.* *Writing women's history: international perspectives*. London: Macmillan, 1991.

comparativo entre a Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique. Por outro lado, embora não tenha considerado esta dimensão no presente estudo, uma das minhas reflexões recorrentes tem se verificado a partir da minha experiência pessoal como mulher Pepel, e do conhecimento da minha própria realidade étnica. No caso específico da minha sociedade de origem, as relações de gênero se inserem num sistema organizacional de tipo matrilinear em que, no entanto, às mulheres é reservado um espaço limitado nas instituições onde são tomadas decisões, ainda que seja uma realidade bastante diferente quando comparada com o caso Balanta, como neste trabalho de pesquisa foi possível constatar, a partir de algumas narrativas⁴⁵.

Paralelamente e pensando em possíveis pesquisas futuras numa perspectiva de história e mudança, parece-me oportuno refletir sobre como a concepção de emancipação das mulheres foi mudando ao longo das décadas e gerações desde a independência, considerando as relações intra-étnicas, bem como realidades urbanas/rurais e regionais, dentro de um mais amplo processo de globalização e de circulação de ideias e de conhecimento. Que utilidade terá a ideia de emancipação na percepção das mulheres “antigas combatentes” para a construção de uma ideia de liberdade nas mais novas gerações guineenses?

Não foi possível analisar ao longo deste trabalho a noção de grupo social aplicado ao universo das mulheres que participaram na luta de libertação. Esta questão torna-se pertinente, uma vez que seria interessante ver como a interação entre elas próprias, tendo em conta os seus diferentes perfis sociais, influenciaram a sua reação à narrativa masculina, numa perspectiva mais coletiva. Pode ser que a avaliação algo desapontada que algumas delas fazem da sua participação se explique pela própria dinâmica do grupo no contexto da luta, como referenciado em algumas entrevistas. Embora não tenha sido possível desenvolver adequadamente este tema nas minhas reflexões, considero ser um desafio que se impõe no prosseguimento da minha pesquisa, no quadro do estudo comparativo entre a Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique.

Enfim, concluo dizendo que este estudo revela uma outra face da história da construção nacional da Guiné-Bissau. Como procurei discutir ao longo do texto, a narrativa mostra que, de modo geral, a luta de libertação nacional na Guiné-Bissau enquadra-se dentro de um discurso promovido, essencialmente, por homens do movimento e veiculado por Amílcar Cabral, ainda que o “líder” se tenha sempre colocado, individualmente, a favor da emancipação da mulheres e da luta contra a “dupla opressão”. Enfim, emerge desta reflexão uma questão: até que ponto os problemas do período pós-independência se explicariam pelas próprias contradições desse discurso, considerando as relações de gênero?

45 Sobre a sociedade Pepel e o debate sobre a matrilinearidade veja-se o artigo de Inaida Pires neste dossiê.

Referências bibliográficas

- AWE, Bolane. Writing women into history: the Nigerian experience. In: OFFEN, Karen *et al.* *Writing women's history: international perspectives*. London: Macmillan, 1991.
- BAH, Thierno Moctar. *Historiographie africaine: Afrique de l'Ouest, Afrique Centrale*. Dakar: CODESRIA, 2015.
- BAKARE-YUSSUF, Bibi. Beyond determinism: the phenomenology of African female existence. *Feminist Africa*, n. 2. 2003. Disponível em: <http://agi.ac.za/sites/agi.ac.za/files/fa2featurearticle1.pdf>. Acesso em: 31 set. 2021.
- BERTAUX, Daniel. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. LXIX, n. Histoires de vie et vie sociale, pp.197-225, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CABRAL, Amílcar. Partir da realidade da nossa terra: ser realistas. ANDRADE, Mário de (Coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral*. v. I: A arma da teoria. Lisboa: Seara Nova, 1976. pp. 131-148.
- CABRAL, Amílcar. Rapport sur le rôle politique-sociale-économique de la femme en Guinée-Bissau et aux îles du Cap Vert. Conacri, PAIGC. Praia, Cabo Verde: Fundação Amílcar Cabral, 1972.
- CHABAL, Patrick. Emergencies and nationalist wars in Portuguese Africa. *Journal of Imperial and Commonwealth History*, v. 3, n. 21, pp. 235-249, 1993.
- CHABAL, Patrick. Revolutionaries in Portuguese Africa. *Journal of Southern African Studies*, v. 14, n. 3, pp. 482-496, 1988.
- CHILCOTE, Ronald H. The politic thought of Amilcar Cabral. *The Journal of Modern African Studies*, v. 6, n. 3, pp. 373- 388, 1968.
- COULTER, Chris. *Bush wives and girl soldiers: women's lives through war and peace in Sierra Leone*. Ithaca: Cornell University Press, 2009.
- COULTER, Chris. *Young female fighters in African wars: conflicts and its consequences*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2008.
- DJALÓ, Tchernó. *O mestiço e o poder: identidades, dominações e resistências na Guiné*. Lisboa: Vega, 2012.
- GAYBOR, Théodora Nicoué. *Sources orales, histoire africaine*. Paris: L' Harmattan, 2011.
- GEIGER, Susan. Women's life histories: method and contents. *Signs*, v. 11, n. 2, pp. 334-351, 1986.
- GOMES, Patrícia Godinho. A mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. *Africa Development*, v. XLI, n. 3, pp. 71-95, 2016.
- GOMES, Patrícia Godinho. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. *Outros Tempos*, v. 12, n. 19, pp. 168-189, 2015a.
- GOMES, Patrícia Godinho. *Os fundamentos de uma nova sociedade: o PAIGC e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*. Torino: L'Harmattan Italia, 2010.
- GOMES, Patrícia Godinho. Revisitando a luta de libertação na Guiné-Bissau: que emancipação para as mulheres?. *Revista Semana da África na UFRGS*, v. 5, p. 4-9, 2017b.

- GOMES, Patrícia Godinho. Sobre a gênese do movimento feminino na Guiné-Bissau: bases e práticas. In: GOMES, Patrícia Godinho; DIOGO, Rosália; DINIZ, Débora; SANTOS, Maria Helena (Orgs.). *O que é feminismo? – Cadernos de Ciências Sociais*. Maputo: Escolar, 2015b. pp.13-43.
- GOMES, Patrícia Godinho. The international relations in the politics of the Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. *Portuguese Journal of Social Sciences*, v. 7, n. 2, pp. 115-130, 2008.
- GOMES, Patrícia Godinho; FURTADO, Cláudio Alves (Orgs.). *Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2017a.
- HALBWACHS, Maurice. *Mémoire collective*. Paris: PUF, 1968.
- HANDEM, Diana Lima. A luta de libertação e formação da nação guineense. In: HANDEM, Diana L.; SILVA, Fernando Delfim da (Orgs.). *A Guiné-Bissau a caminho do ano 2000*. Bissau: INEP, 1989. pp. 267-280.
- LEWIS, Desiree. African gender research and postcoloniality: legacies and challenges. In: OYĒWÚMÍ, Oyeronké (Ed.). *African gender studies: a reader*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005. pp. 381-395.
- LOPES, Carlos. O papel da pesquisa no processo de desenvolvimento. In: HANDEM, Diana L.; SILVA, Fernando Delfim da (Orgs.). *A Guiné-Bissau a caminho do ano 2000*. Bissau: INEP, 1989. pp. 329-349.
- LUNDY, Brandon D.; FERNANDES JR., Raul Mendes; LARTE, Kezia. The integrity of women in remaking a nation: the case of Guinea-Bissau. *Journal of Global Initiative*, v. 11, n. 1, pp. 59-76, 2016.
- LY, Aliou. Promise and betrayal: women fighters and national liberation in Guinea-Bissau. *Feminist Africa*, n. 19, pp. 24-42, 2014.
- LY, Aliou. Revisiting the Guinea-Bissau liberation struggle war: PAIGC, UDEMU and the question of women's emancipation. *Portuguese Journal of Social Sciences*, v. 14, n. 3, pp. 361-377, 2015.
- LYONS, Tanya. *Guns and Guerilla Girls: women in the Zimbabwean National Liberation Struggle*. Trenton: African World Press, 2004.
- MALOBA, Wunyabari O. *Mau-Mau and Kenya: an analysis of a peasant revolt*. Bloomington: Indiana University Press, 1998.
- MARINHO, Marco Antônio Couto. Trajetórias de vida: um conceito em construção. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, v. 13, n. 17, pp. 25-49, 2017.
- MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias. Notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 240-264, 2007.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n. 10. São Paulo, p. 7-28, dez. 1993.
- ORAMAS, Oscar. *Amílcar Cabral: para além do seu tempo*. Praia: UniCV, 2014.
- OYĒWÚMÍ, Oyeronké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Trad. de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- OYĒWÚMÍ, Oyeronké. *La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales de gênero*. Trad. de Alejandro Montelongo González. Bogotá: Editorial en la frontera, 2017.

- OYĚWÚMÍ, Oyeronké. Making history, creating gender: some methodological and interpretative question in the writing of Oyo oral traditions. *In: OYĚWÚMÍ, Oyeronké (Ed.). African gender studies: a reader.* Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005. pp. 169-205.
- PALA Achola. Definitions of women and development: an African perspective. *In: OYĚWÚMÍ, Oyeronké (Ed.). African gender studies: a reader.* Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005. pp. 299-311.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ROOS, Jeja Pekka. Biografie, autobiografie, vite reali: il metodo delle storie di vita. *La Critica Sociologica*, n. 99, p. 1-14, 1991.
- SOUSA, Julião Soares. *Amílcar Cabral (1924-1973): vida e obra de um revolucionário africano.* Lisboa: Nova Vega, 2011.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TURSHEN, Meredith. Women's war stories. *In: TURSHEN, Meredith; TWAGIRAMARIYA, Clotilde (Eds.). What women do in war time: gender and conflict in Africa.* New York: Zed, 1998.
- URDANG, Stephanie. *Fighting two colonialisms: women in Guinea-Bissau.* London; New York: Monthly Review Press, 1979.
- VANSINA, Jan. *La tradizione orale: saggio di metodologia storica.* Roma: Officina Edizione, 1976.
- ZELEZA, Paul Tiyambe. Gender biases in African historiography. *In: OYĚWÚMÍ, Oyeronké (Ed.). African gender studies: a reader.* Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005. pp. 207-232.

Entrevistas conduzidas na Guiné-Bissau

Testemunhos ouvidos na Guiné-Bissau – em Bissau, capital; no sul, Vila de Cabuchanque, região de Quinara; e no norte, Sara-Kandjafra, região de Oio –, em entrevistas e grupo focal:

1. Brinsan Nassentche, ex-aluna da Escola Piloto do PAIGC, atualmente aposentada
2. Tchadi Sambu, ex-militar das FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo), braço armado do PAIGC, atualmente aposentada
3. Mamae Barbosa, ex-enfermeira nas áreas libertadas e atualmente médica no Hospital Simão Mendes de Bissau
4. Ana Maria Gomes Soares, ex-miliciana nas zonas libertadas do sul e do norte da Guiné-Bissau, funcionária pública e atualmente aposentada
5. Lúcio Soares, ex-comandante do PAIGC, na frente norte de combate e atualmente aposentado
6. Nena Na Fona, antiga combatente e atualmente médica no Hospital Simão Mendes de Bissau
7. Lissa Na Faioye, antiga combatente e ex-aluna da Escola Piloto de Conacri e atualmente aposentada
8. Biloni NhamanaTamba Nhassé, antiga combatente, ex-aluna da Escola Piloto de Conacri e atual Secretária Geral da UDEMU – União Democrática das Mulheres
9. Nhaga Cassama, antiga combatente e ex-aluna da Escola Piloto de Conacri, enfermeira

10. Maria Isabel Mané, antiga combatente e ex-aluna da Escola Piloto de Conacri
11. Bintu Nanqui Seidi, antiga combatente, ex-aluna da Escola Piloto e atual Presidente da Região de Buba (Sul da Guiné-Bissau)
12. Hortensia Francisco Cá, militante do Partido da Renovação Social – PRS
13. Sara Luisa Monteiro, militante do PRS e Secretária Nacional das Mulheres do PRS
14. Maria Inácia Co Mendes Sanha, Secretária de Estado da Gestão Hospitalar e militante do PRS
15. Suzy Barbosa, deputada da Assembleia Nacional Popular pelo PAIGC e Presidente da Rede das Mulheres Parlamentares, Guiné-Bissau – RMP-GB
16. Dembo Djite, antigo combatente e deputado da Assembleia Nacional Popular pelo PAIGC, atualmente aposentado